



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, empresa integrante do Grupo Bradesco Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício, faturamento de R\$ 5.774 bilhões (R\$ 4.465 bilhões no exercício de 2013). No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação com a característica individual de cada segurado, sofisticando sua subscrição através de modelagem estatística e ferramentas mais adequadas de tarifação. Nos Ramos Elementares, atuou em seguros corporativos e massificados, onde obteve uma expressiva carteira de seguros residenciais, atingindo cerca de 1,5 milhão de residências seguradas.

Inovações em Produtos e Serviços

Visando oferecer a melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu portfólio de produtos e serviços. No exercício de 2014 destacaram-se as seguintes ações:

- Segmento Automóvel: revisão da Modelagem Tarifária para os veículos de passeio e de carga com maior segmentação das regiões tarifárias, permitindo melhor mitigação dos riscos; criação do sistema de *web-chat*, visando aperfeiçoar o processo de emissão de propostas; criação do sistema de decodificação de chassis e de retificação *online* de propostas; e a realização de parceria de distribuição de produto exclusivo para seguro de caminhões com a Ford Credit;
- Bradesco Auto Center (BAC): ampliação da rede do BAC nas cidades de João Pessoa, Santos, Caxias do Sul, Brasília e Fortaleza. As demais unidades do centro automotivo estão distribuídas pelo País nas cidades de Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Goiânia, Joinville, Maceió, Natal, Osasco, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santo André, São Paulo e Vitória. Além de diversos serviços oferecidos, os segurados contam com o agendamento de serviços pela *internet*, no site www.bradescoautocenter.com.br, ou pela Central de Atendimento, proporcionando mais conforto e comodidade para os segurados;
- Lançamento do Bradesco Seguro Residencial Mensal: produto disponível para os correntistas do Banco Bradesco, sendo adquirido por meio da Central Telefônica (Fone Fácil). Contempla as tradicionais proteções e assistências dos Seguros Residenciais Bradesco e a facilidade de escolha entre sete planos distintos de coberturas, assim como pagamento através de débito mensal em *c/c*; e
- *Internet Banking* do Banco Bradesco: disponibilização de informações sobre os seguros auto e residência.

Resultado do Exercício

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2014, Lucro Líquido de R\$ 184,140 milhões (R\$ 166,777 milhões no exercício de 2013).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Reconhecimento

Em um levantamento realizado pela ProTeste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), o produto Bradesco Seguro Residencial foi considerado a "Escolha Certa" em todos os cenários, "O Melhor do Teste" e o único produto a receber nota máxima em quatro dos sete itens analisados.

Evento Societário

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no exercício de 2014, foi deliberado aumento de capital, no montante de R\$ 204,800 milhões, e redução de capital, no montante de R\$ 109,197 milhões, passando o capital social, em 31 de dezembro de 2013, de R\$ 1,324 bilhão, para R\$ 1,419 bilhão, em 31 de dezembro de 2014, representado por 189.554 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal (180.753 em 31 de dezembro de 2013). Maiores detalhes constam nas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidade Socioambiental

Programa Auto Reciclagem – projeto pioneiro que atende 90% do território brasileiro e consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes. As peças são doadas às empresas de reciclagem, que devem possuir certificação de empresas especializadas na coleta desses itens para o processo de reciclagem. A Seguradora disponibiliza consulta a um sistema *on-line* através do qual a empresa credenciada pode verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesta linha, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o seu lançamento, em 2009, o Programa já recolheu mais de nove mil toneladas de material.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui um departamento independente denominado de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos. A estrutura operacional de gestão de riscos do departamento é especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura do Banco Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acultramento de gestão de risco e capital nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e do Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo possui o Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, que se reúne, trimestralmente, objetivando aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 302/13.

Governança Corporativa

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, com base nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão voltados a estimular a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento dos controles, visando assegurar melhoria na tomada de decisões e resguardar que as ações sejam norteadas de clareza e revestidas de adequada segregação de função.

Fundamentado nesse modelo de atuação e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica, o Grupo proporciona constantes ajustes nas estruturas de Comitês, que dão suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. O Grupo conta também com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratadas com confidencialidade, bem como com Código de Conduta Ética Setorial, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona, e um canal de comunicação, objetivando recepcionar informações sobre violações aos princípios contidos no Código, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Auto/RE prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência são executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os principais *frameworks* de controles, como o COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT – *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, processos de negócios e tecnologia da informação, e dos requerimentos da Seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley*. Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, sendo que os resultados obtidos são reportados periodicamente ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa às áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias e realiza testes, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Auto/RE, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às leis e normas relativas aos temas, editadas pelos Órgãos competentes e, principalmente, cooperando assim com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, no exercício de 2014, a Bradesco Auto/RE aprimorou as ferramentas tecnológicas, mecanismos de trabalho e os controles existentes, que são permanentemente reavaliados e fundamentais para o processo de prevenção, detecção e comunicação das operações/ocorrências (de ofício e com indícios de suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Realiza ainda, treinamento à distância do quadro de funcionários, e também por meio de disponibilização de cartilhas e realização de palestras sobre o tema.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Auto/RE, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante para desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Companhia possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada à importância do tema, a Companhia adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam suspeitas de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Auto/RE, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios – PCN, com planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que são ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade de suas operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas e maximizando o cumprimento com regulamentações legais.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Auto/RE. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Companhia tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e das Normas Corporativas de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
ATIVO			
CIRCULANTE		4.383.687	3.804.881
Disponível		73.347	76.814
Caixa e bancos		23.243	18.696
Equivalente de caixa		50.104	58.118
Aplicações	4	1.665.815	1.565.928
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.241.686	1.002.325
Prêmios a receber	6	1.171.123	948.606
Operações com seguradoras		18.628	11.745
Operações com resseguradoras	7	51.935	41.974
Outros créditos operacionais		126.154	53.163
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	711.566	631.319
Títulos e créditos a receber		37.099	27.503
Títulos e créditos a receber		9.862	7.841
Créditos tributários e previdenciários	9	26.341	17.855
Outros créditos		896	1.807
Outros valores e bens		53.083	39.927
Bens à venda	8	53.010	39.636
Outros valores		73	291
Despesas antecipadas		61.605	48.315
Custos de aquisição diferidos	18c	413.332	359.587
Seguros		413.332	359.587
ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.013.994	3.388.562
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.190.055	2.559.323
Aplicações	4	2.721.803	2.092.027
Créditos das operações com seguros e resseguros		127	112
Operações com seguradoras		127	112
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	151.044	157.203
Títulos e créditos a receber		305.902	299.593
Títulos e créditos a receber		-	-
Créditos tributários e previdenciários	9	134.161	139.189
Depósitos judiciais e fiscais	10	156.008	147.998
Outros créditos		15.733	12.406
Despesas antecipadas		653	519
Custos de aquisição diferidos	18c	10.526	9.869
Seguros		10.526	9.869
INVESTIMENTO		619.343	651.114
Participações societárias	11	618.526	650.504
Outros investimentos		817	610
IMOBILIZADO	12	26.254	29.338
Imóveis de uso próprio		2.736	-
Bens móveis		10.380	11.284
Outras imobilizações		13.138	18.054
INTANGÍVEL	13	178.342	148.787
Outros intangíveis		178.342	148.787
TOTAL DO ATIVO		8.397.681	7.193.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2014	2013
PASSIVO			
CIRCULANTE		5.038.462	4.036.427
Contas a pagar		270.596	203.969
Obrigações a pagar	14	151.948	106.621
Impostos e encargos sociais a recolher	15	82.738	69.010
Encargos trabalhistas		4.954	10.468
Impostos e contribuições	16	26.632	15.128
Outras contas a pagar		4.324	2.742
Débitos de operações com seguros e resseguros		381.723	232.996
Prêmios a restituir		5.134	4.923
Operações com seguradoras		11.080	9.347
Operações com resseguradoras	7c	175.908	108.976
Corretores de seguros e resseguros		181.566	98.213
Outros débitos operacionais		8.035	11.537
Depósitos de terceiros	17	76.436	76.598
Provisões técnicas - seguros	18	4.309.707	3.522.864
Danos		4.309.707	3.522.864
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.180.075	1.227.007
Provisões técnicas - seguros	18	1.050.419	1.114.957
Danos		1.050.419	1.114.957
Outros débitos		129.656	112.050
Provisões judiciais	19	114.989	112.050
Outros débitos		14.667	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	2.179.144	1.930.009
Capital social		1.314.303	1.323.700
Aumento de capital (em Aprovação)		105.000	-
Reservas de lucros		865.954	725.578
Ajustes de avaliação patrimonial		(103.456)	(119.269)
Ações em tesouraria		(2.657)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.397.681	7.193.443

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2014	2013
Prêmios emitidos	26a	5.773.865	4.464.531
Variação das provisões técnicas de prêmios		(577.398)	81.788
Prêmios ganhos	25	5.196.467	4.546.319
Receitas com emissão de apólices	26b	9.178	7.936
Sinistros ocorridos	26c	(3.320.555)	(2.775.344)
Custos de aquisição	26d	(957.694)	(806.060)
Outras receitas e (despesas) operacionais	26e	(401.091)	(323.204)
Resultado com resseguro	26f	(104.681)	(58.010)
Receita com resseguro		142.549	181.883
Despesa com resseguro		(247.230)	(239.893)
Despesas administrativas	26g	(813.366)	(703.598)
Despesas com tributos	26h	(99.972)	(96.549)
Resultado financeiro	26i	506.870	407.414
Receitas Financeiras		628.965	601.912
Despesas Financeiras		(122.095)	(194.498)
Resultado patrimonial	11	193.818	65.327
Resultado operacional		208.974	264.231
Ganhos e perdas com ativos não correntes		1.320	(115)
Resultado antes dos impostos e participações		210.294	264.116
Imposto de renda	26j	(10.942)	(48.443)
Contribuição social	26j	(6.609)	(30.516)
Participações sobre o resultado		(8.603)	(18.380)
Lucro líquido do exercício		184.140	166.777
Quantidade de ações		189.554	180.753
Lucro por ação - R\$		971,44	922,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	184.140	166.777
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		
Companhia	24.727	(527.313)
Coligada	(423)	(6.658)
Outros resultados abrangentes		
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	2.050	-
Efeitos dos impostos	(10.541)	213.588
Total do resultado abrangente do exercício	199.953	(153.606)
Atribuível ao controlador	199.953	(153.606)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
Atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	210.294	264.116
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	50.770	38.709
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(193.818)	(65.312)
Perda (Ganho) na alienação de investimentos e imobilizado	50	(3)
Despesas antecipadas	(13.424)	9.325
Custos de aquisição diferidas	(54.402)	41.350
Ativos de resseguros provisões técnicas	(61.931)	(17.095)
Variações das provisões técnicas	4.093.050	2.759

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013** *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Aumento de capital (em Aprovação)	Reservas de reavaliação-Imóveis próprios e de controladas	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva estatutária				
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.323.700	-	636	45.460	622.203	201.114	-	-	2.193.113
Reserva de reavaliação:									
Realização	-	-	(636)	-	-	-	-	636	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(320.383)	-	-	(320.383)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	166.777	166.777
Dividendos pagos (R\$ 385,77 por ação)	-	-	-	-	(69.729)	-	-	-	(69.729)
Dividendos propostos (R\$ 220,02 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(39.769)	(39.769)
Destinação do lucro líquido	-	-	-	8.338	119.306	-	-	(127.644)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.323.700	-	-	53.798	671.780	(119.269)	-	-	1.930.009
Aumentos (redução) de capital:									
AGE em 28/02/2014	-	60.000	-	-	-	-	-	-	60.000
AGE em 31/03/2014	-	39.800	-	(31)	-	-	-	-	39.769
AGE em 23/07/2014	-	(109.197)	-	-	-	-	-	-	(109.197)
Portaria SUSEP nº 5.980 de 06/08/2014	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 39 de 15/08/2014	39.800	(39.800)	-	-	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 74 de 03/10/2014	(109.197)	109.197	-	-	-	-	-	-	-
AGE em 29/10/2014	-	105.000	-	-	-	-	-	-	105.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	14.583	-	-	14.583
Ajuste de conversão de moeda estrangeira reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	1.230	-	-	1.230
Ações em tesouraria reconhecida em coligada	-	-	-	-	-	-	(2.657)	-	(2.657)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	184.140	184.140
Dividendos propostos (R\$ 230,72 por ação)	-	-	-	-	-	-	-	(43.733)	(43.733)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	9.207	131.200	-	-	(140.407)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.314.303	105.000	-	62.974	802.980	(103.456)	(2.657)	-	2.179.144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)***1 Contexto operacional**

A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros dos ramos elementares em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião de Diretoria, em 28 de janeiro de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 483/14, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 2d – Classificação dos contratos de seguro; 4 – Aplicações; 9 – Ativos e passivos fiscais; 18 – Provisões técnicas e 19 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

e. Aplicações e Instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40 e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

(i) Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo, por meio do resultado, são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período, e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

f. Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber, com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, o estudo avalia a evolução dos saldos a recuperar por ano de pagamento do sinistro, considerando a representatividade do montante não recebido, perante o total a recuperar junto aos resseguradores. No caso das recuperações de cosseguro, o estudo consiste em observar as recuperações de sinistros de Cosseguro Cedido, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, sobre valores com atraso a mais de 164 dias, levando-se em consideração a média ponderada de dias do fluxo de liquidação de sinistros.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os exercícios correntes e comparativos: 4% para imóveis; 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 20% ao ano. Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda. Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Outros valores e bens

É composto substancialmente por salvados que são estimados com base no valor de realização deduzidos dos custos de vendas dos bens.

j. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados. Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

k. Custos de aquisição diferidos

Custo de aquisição diferidos compreende os custos com despesas de comissão e angariação/agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizadas, pelo exercício de vigência das respectivas apólices, ou pelo prazo médio de 12 meses.

l. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

m. Provisões técnicas

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros e contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros, deduzido dos custos iniciais de contratação. A parcela desta provisão correspondente à estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos, é constituída na PPNG-RVNE.

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não pagos (IBNP) subtraindo o saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 14 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência, e considera ainda a estimativa dos sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A provisão de IBNR relativa a operações de retrocessão foi constituída com base nos valores informados pelo IRB – Brasil Resseguros S.A.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificado necessidade de constituição de provisão para insuficiência. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

(i) Operações com o Convênio DPVAT

As operações do seguro DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

(ii) Teste de adequação de passivo ("TAP")

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos – PSL e IBNR.

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a produtos em *run-off* foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE. O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 457/12, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**(i) Ativos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

o. Benefícios a empregados**(i) Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadorias**Plano de contribuição definida**

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As contribuições da Companhia passaram de 4% para 5% do salário, acrescidas do percentual destinado à coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240, para o exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

q. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros e cosseguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o IFRS 9 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução do valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de seguros/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de colaboradores. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais relacionadas na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, o Departamento de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, tem como uma de suas principais atribuições o desenvolvimento de modelo interno para o cálculo do capital adicional baseado no risco de subscrição.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM – Asset Liability Management. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocasião, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
Sinistros imprevisíveis resultantes de um risco isolado;
Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

- A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.
As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

c. Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2014

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos 12 meses da data-base do cálculo.

Table with 3 columns: Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições, Bruto de resseguro, Líquido de resseguro. Rows include Auto, Ramos elementares, and Concentração de riscos.

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

Table showing regional concentration of risks for 31/12/2014 and 31/12/2013, with columns for Região Geográfica, Auto, Ramos Elementares, and Total.

(*) Não inclui os montantes de R\$ 29.712 (R\$ (2.333) em 2013), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE), R\$ 160.026 (R\$ 133.165 em 2013), relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

d. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

A compra de resseguro tem naturalmente embutido em sua operação, por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, que observa, além dos requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns outros parâmetros na escolha desses parceiros, que minimizam o risco de crédito intrínseco à operação, tais como: rating mínimo A- da S&P (ou equivalente) e patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos. Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim elevações do risco de crédito.

O prêmio cedido em resseguro, em relação ao prêmio emitido total, é relativamente pequeno.

Conforme demonstração consolidada de resultado de 2014, o prêmio cedido em resseguro em 2014 foi de R\$ 318.690 (nota 26f), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro foi de R\$ 5.773.865 cabendo ressaltar que praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e rating superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No quadro abaixo demonstramos nossa exposição ao risco de crédito, quanto aos números de resseguro, relacionados a créditos e débitos de operações com ressegurador e ativos de resseguro.

Table showing exposure to credit risk for 31/12/2014 and 31/12/2013, with columns for TIPO, Rating, Exposição (R\$), and %.

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

No que tange às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte da carteira de investimentos está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público como demonstrado abaixo.

Table showing financial assets/rating for 2014, with columns for AAA, AA, A, Sem rating, Ações, Total.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA uma vez que a contraparte é o governo federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões dos Comitês Executivos de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco, para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Do montante de R\$ 80.986 de prêmios vencidos (nota 6b), o valor de R\$ 23.874 corresponde a risco decorrido.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

Table showing exposure to liquidity risk for 0-3 meses, 3-6 meses, 6-9 meses, 9-12 meses, 1-5 anos, Acima de 5 anos, Total.

Table showing passive exposure to liquidity risk for 0-3 meses, 3-6 meses, 6-9 meses, 9-12 meses, 1-5 anos, Acima de 5 anos, Total.

(*) Nas aplicações financeiras foram consideradas as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários.

(**) No que se refere ao fluxo de saída de sinistros foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento e, não foi considerado as provisões técnicas do consórcio DPVAT no montante de R\$ 148.580.

(***) O prazo de realização relativo aos montantes registrados nas rubricas "Depósitos judiciais e fiscais" e "Provisões judiciais" foram estimados com base na projeção de realização apresentada na nota explicativa 9d. Ativos e passivos fiscais diferidos não são considerados nesta exposição.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercida de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

f. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (Economic Value Equity), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Table showing sensitivity analysis of market risk, with columns for Cenário, Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços, and Fator de risco.



Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dez/14	(49)	(562)	(18)	(629)	(569)
Definição	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

g. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

h. Gerenciamento de capital

O processo de gerenciamento de Capital é realizado de forma corporativa, visando proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Grupo Bradesco Seguros, levando em consideração o ambiente econômico e comercial onde atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade e especificidade de cada produto e serviços no mercado de atuação do Grupo associado à dimensão da exposição aos riscos.

O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma contínua e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer face aos riscos, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, em atendimento aos requerimentos regulatórios e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

A Companhia deve manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades e operações conforme as características, representado por níveis adequados de capital.

O Grupo Bradesco Seguros acompanha de maneira permanente os limites de requeridos pelo respectivo órgão regulador.

i. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2014	%	2013	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.646.337	37,52	925.944	25,31
Títulos de renda fixa – fundos de investimento	1.646.337	37,52	914.902	25,01
Títulos de renda variável – fundos de investimento	-	-	11.042	0,30
Títulos disponíveis para venda	2.741.281	62,48	2.732.011	74,69
Títulos de renda fixa – fundos de investimento	910.427	20,75	1.557.213	42,57
Títulos de renda fixa – notas do tesouro nacional	1.259.669	28,71	1.156.242	31,61
Títulos de renda fixa – letras do tesouro nacional	557.010	12,70	-	-
Títulos de renda fixa – debêntures	9.877	0,23	10.301	0,28
Títulos de renda variável – ações	2.964	0,07	5.608	0,15
Títulos de renda fixa – letras financeiras do tesouro – judiciais	1.334	0,03	2.647	0,07
Total	4.387.618	100,00	3.657.955	100,00

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2014						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.400.481	19.668	30.814	195.374	1.646.337	1.520.504	125.833
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.251.330	-	-	-	1.251.330	1.251.330	-
Letras Financeiras	-	19.668	30.814	169.433	219.915	83.512	136.403
Quotas de fundos de investimento	148.153	-	-	-	148.153	148.153	-
Debêntures	-	-	-	25.941	25.941	36.310	(10.369)
Letras do tesouro nacional	998	-	-	-	998	1.199	(201)
Títulos disponíveis para venda	19.478	-	-	2.721.803	2.741.281	2.908.338	(167.057)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.153.582	2.153.582	2.332.884	(179.302)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	557.010	557.010	556.683	327
Debêntures	-	-	-	9.877	9.877	39	9.838
Ações	2.964	-	-	-	2.964	883	2.081
Letras financeiras do tesouro – judiciais	-	-	-	1.334	1.334	1.334	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	16.514	-	-	-	16.514	16.515	(1)
Total	1.419.959	19.668	30.814	2.917.177	4.387.618	4.428.842	(41.224)

	2013						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	455.983	44.681	131.492	293.788	925.944	925.709	235
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	309.687	-	-	-	309.687	309.687	-
Letras financeiras	-	43.657	73.746	77.231	194.634	194.035	599
Letras financeiras do tesouro	-	1.024	39.902	124.547	165.473	165.471	2
Quotas de fundos de investimento	77.668	-	-	60.581	138.249	138.248	1
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	57.586	-	-	-	57.586	57.586	-
Debêntures	-	-	1.048	25.520	26.568	27.013	(445)
Certificado de depósito bancário	-	-	14.082	-	14.082	14.031	51
Ações	11.042	-	-	-	11.042	11.042	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.243	5.243	5.243	-
Depósito em garantia especial	-	-	2.714	-	2.714	2.699	15
Letras do tesouro nacional	-	-	-	666	666	654	12
Títulos disponíveis para venda	6.021	-	636.610	2.089.380	2.732.011	2.923.795	(191.784)
Notas do tesouro nacional	-	-	633.963	2.079.079	2.713.042	2.919.814	(206.772)
Debêntures	-	-	-	10.301	10.301	38	10.263
Ações	5.608	-	-	-	5.608	883	4.725
Letras financeiras do tesouro – judiciais	-	-	2.647	-	2.647	2.647	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	413	-	-	-	413	413	-
Total	462.004	44.681	768.102	2.383.168	3.657.955	3.849.504	(191.549)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2014	2013
Total das provisões técnicas	5.360.126	4.637.821
(-) Ativos de resseguro redutores	(760.997)	(733.271)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos)	(835.260)	(716.785)
(-) Depósitos especiais no IRB – Brasil Resseguros S.A.	(2.317)	(2.330)
(-) Provisões do convênio DPVAT	(148.580)	(135.496)
Total a ser coberto (A)	3.612.972	3.049.939
Títulos Públicos (Fundo renda fixa e notas do tesouro nacional)	3.758.006	2.879.116
Títulos Privados (Fundos de créditos)	462.950	369.567
Ações	2.956	5.029
Total dado em cobertura (B)	4.223.912	3.253.712
(A) - (B)	610.940	203.773

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2014			2013		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	998	1.645.339	1.646.337	182.424	743.520	925.944
Notas do tesouro nacional – operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	-	1.251.330	1.251.330	-	309.687	309.687
Letras financeiras de emissor privado	-	219.915	219.915	-	194.634	194.634
Quotas de fundos de investimentos	-	148.153	148.153	-	138.249	138.249
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	165.473	-	165.473
Debêntures	-	25.941	25.941	-	26.568	26.568
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	14.082	14.082
Depósito em garantia especial	-	-	-	-	2.714	2.714
Letras do tesouro nacional – operações	-	-	-	-	57.586	57.586
compromissadas	-	-	-	-	-	-
Letras do tesouro nacional	998	-	998	666	-	666
Ações	-	-	-	11.042	-	11.042
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.243	-	5.243
Disponíveis para venda	2.714.890	26.391	2.741.281	2.721.297	10.714	2.732.011
Notas do tesouro nacional	2.153.582	-	2.153.582	2.713.042	-	2.713.042
Letras do tesouro nacional	557.010	-	557.010	-	-	-
Debêntures	-	9.877	9.877	-	10.301	10.301
Ações	2.964	-	2.964	5.608	-	5.608
Letras financeiras do tesouro – judiciais	1.334	-	1.334	2.647	-	2.647
Notas do tesouro nacional – operação	-	-	-	-	-	-
compromissada	-	16.514	16.514	-	413	413
Total	2.715.888	1.671.730	4.387.618	2.903.721	754.234	3.657.955

e. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo Inicial em 1º de janeiro de 2014	925.944	2.732.011	3.657.955
(+) Aplicações	2.580.896	943.978	3.524.874
(-) Resgates	(2.008.416)	(1.272.591)	(3.281.007)
(+) Rendimentos	147.913	313.156	461.069
(+/-) Ajuste a valor justo	-	24.727	24.727
Saldo Final em 31 de dezembro de 2014	1.646.337	2.741.281	4.387.618
Valor justo por meio do resultado	959.598	3.182.343	4.141.941
(+) Aplicações	1.113.248	361.073	1.474.321
(-) Resgates	(1.210.959)	(607.048)	(1.818.007)
(+) Rendimentos	64.057	322.956	387.013
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(527.313)	(527.313)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2013	925.944	2.732.011	3.657.955

f. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2014, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "disponível para venda", atingiu 106,68 % no acumulado do exercício, em relação ao referido *benchmark*.

5 Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*) de valor justo, visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

	Mercadoria (*)	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de Referência 2014
Fundo de investimento					
Bradesco FIF Negocial	DI1	10	2015	Venda	(997)
Total FIF RF Negocial					(997)
Total					(997)
	Mercadoria (*)	Quantidade	Data de vencimento	Tipo de compromisso	Valor de Referência 2013
Fundo de investimento					
Bradesco FIF Negocial	DI1	7	2015	Venda	(666)
Total FIF RF Negocial					(666)
GBS FIM		1.000	2014	Venda	(99.926)
GBS FIM	IND	39	2014	Venda	(2.020)
GBS FIM	DOL	183	2014	Compra	21.790
Total GBS FIM					(80.156)
Total					(80.822)

O resultado do exercício com derivativos foi de R\$ 1 (R\$ 2.705 em 2013).

(*) DI1 – Contrato futuro de taxa média de depósito interfinanceiro de um dia, IND – Contrato futuro de Ibovespa, DOL – Opções sobre dólar comercial.

6 Prêmios a receber

a. Ramos de seguro

	2014	2013
Automóvel/RCF	893.573	726.413
Compreensivo residencial	41.030	52.173
Transporte nacional/internacional/RC cargas	55.913	44.649
Marítimo/Aeronáutico	32.962	25.297
Riscos		

b. Movimentação

	2014	2013
Saldo em 1º janeiro	830.496	771.935
Constituição de provisões	474.513	372.423
Reversão de provisões	(257.794)	(234.005)
Sinistros recuperados	(119.867)	(103.767)
Atualização monetária e juros de sinistros	15.619	17.241
Outros	(28.422)	6.669
Saldo em 31 de dezembro	914.545	830.496

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2014			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 26f)	Recuperação de sinistros (nota 26f)
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	130.951	54.902	255.478	137.308
Outros	Admitida	44.957	-	63.212	-
Total		175.908	54.902	318.690	137.308

Resseguradores	Categoria	2013			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 26f)	Recuperação de sinistros (nota 26f)
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	82.820	37.343	146.504	178.388
Outros	Admitida	26.156	-	47.531	-
Total		108.976	37.343	194.035	178.388

d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	2014					
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (nota 26f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Recuperação Sinistros (nota 26f)	% cessão
Risco operacional/nomeado	193.763	147.382	76,06	75.516	46.067	61,00
Marítimo/Aeronáutico	138.775	76.405	55,06	59.059	35.939	60,85
Transportes	97.169	18.924	19,48	98.383	5.061	5,14
Risco de engenharia	14.961	12.755	85,25	4.054	2.311	57,01
Outros	898.104	63.224	7,04	329.995	47.930	14,52
Total	1.342.772	318.690		567.007	137.308	

Ramo	2013					
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro Cedido (nota 26f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Recuperação Sinistros (nota 26f)	% cessão
Risco operacional/nomeado	116.164	96.044	82,68	82.052	72.628	88,51
Marítimo/Aeronáutico	94.141	44.346	47,11	63.662	45.821	71,98
Transportes	71.804	13.085	18,22	56.534	3.298	5,83
Risco de engenharia	4.475	2.243	50,12	5.220	3.993	76,49
Outros	828.025	38.317	4,63	298.926	52.648	17,61
Total	1.114.609	194.035		506.394	178.388	

8 Bens a venda – Salvados

a. Composição

	2014	2013
Automóvel	70.209	62.312
Ramos elementares	1.774	881
Subtotal	71.983	63.193
Redução ao valor recuperável	(18.973)	(23.557)
Total	53.010	39.636

b. Aging-list

	2014	2013
De 1 a 30 dias	17.820	11.133
De 31 a 60 dias	13.436	10.353
De 61 a 120 dias	14.569	11.656
De 121 a 180 dias	7.185	6.494
Total	53.010	39.636

9 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários líquidos

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos a compensar	26.341	7.400	33.741	17.855	7.208	25.063
Créditos tributos diferidos (i)	-	158.800	158.800	-	160.531	160.531
Obrigações fiscais diferidas (ii)	-	(32.039)	(32.039)	-	(28.550)	(28.550)
Total	26.341	134.161	160.502	17.855	139.189	157.044

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Saldo em 2013			Saldo em 2014		
	em 2013	Constituição	Realização	em 2014	Constituição	Realização
Provisão para riscos de crédito	30.232	2.631	(6.023)	26.840	-	-
Provisão para contingências fiscais	30.945	4.322	(135)	35.132	-	-
Provisão para contingências cíveis	9.227	3.049	(5.094)	7.182	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	3.349	566	(1.533)	2.382	-	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057	-	-
Outros	9.008	19.384	(9.008)	19.384	-	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	83.818	29.952	(21.793)	91.977	-	-
Ajuste a valor de mercado – títulos disponíveis para venda	76.713	66.823	(76.713)	66.823	-	-
Total dos créditos tributários	160.531	96.775	(98.506)	158.800	-	-

Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Saldo em 2012			Saldo em 2013		
	em 2012	Constituição	Realização	em 2013	Constituição	Realização
Provisão para riscos de crédito	31.706	15.120	(16.594)	30.232	-	-
Provisão para contingências fiscais	34.869	8.099	(12.023)	30.945	-	-
Provisão para contingências cíveis	9.608	2.985	(3.366)	9.227	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	1.669	1.803	(123)	3.349	-	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057	-	-
Outros	8.622	9.009	(8.623)	9.008	-	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	87.531	37.016	(40.729)	83.818	-	-
Ajuste a valor de mercado – títulos disponíveis para venda	-	76.713	-	76.713	-	-
Total dos créditos tributários	87.531	113.729	(40.729)	160.531	-	-

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 2013			Saldo em 2014		
	em 2013	Constituição	Realização	em 2014	Constituição	Realização
Atualização de depósito judicial	28.550	3.489	-	32.039	-	-
Total de obrigações fiscais diferidas	28.550	3.489	-	32.039	-	-

	Saldo em 2012			Saldo em 2013		
	em 2012	Constituição	Realização	em 2013	Constituição	Realização
Ajuste a valor justo de títulos classificados como disponível para venda	134.212	351	(134.563)	-	-	-
Atualização de depósito judicial	26.013	2.537	-	28.550	-	-
Reserva de reavaliação	425	-	(425)	-	-	-
Total de obrigações fiscais diferidas	160.650	2.888	(134.988)	28.550	-	-

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015	18.066	10.735	28.801
2016	6.705	3.926	10.631
2017	4.742	2.756	7.498
2018	3.467	1.997	5.464
2019 em diante	25.317	14.266	39.583
Total	58.297	33.680	91.977

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 83.792.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2014	2013
INSS	92.078	80.936
Sinistros	36.325	42.767
Cíveis e trabalhistas	13.213	11.648
DPVAT	1.909	3.858
PIS	3.521	3.420
IR e CSLL	3.325	3.184
Outros	5.637	2.185
Total	156.008	147.998

11 Investimentos – Participações societárias

	IRB Brasil Resseguros S.A. (c)	Empreendimentos Imobiliários S.A.(d) (a)	EABS		Total
			Assistência e Participações S.A.(e)	Araguari Holdings Ltda.(b)	
Dados das investidas					
Capital social	1.453.080	-	-	-	-
Quantidade de ações possuídas:					
ON	212.422	-	-	-	-
PN	-	-	-	-	-
Percentual de participação	20,51	-	-	-	-
Total de ativos	12.932.607	-	-	-	-
Total de passivos líquido de provisões judiciais	9.473.990	-	-	-	-
Total de provisões judiciais	442.989	-	-	-	-
Patrimônio líquido	3.015.628	-	-	-	-
Total de receitas	5.855.661	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	730.142	-	-	-	-
Saldo em 1º janeiro de 2014	507.503	102.312	40.689	-	650.504
Ajuste com títulos e valores mobiliários	(254)	-	-	-	(254)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(1.427)	-	-	-	(1.427)
Reestruturação societária	-	(64.082)	(45.115)	-	(109.197)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(62.418)	(52.500)	-	-	(114.918)
Resultado de equivalência patrimonial	175.122	14.270	4.426	-	193.818
Saldo em 31 de dezembro de 2014	618.526	-	-	-	618.526
Saldo em 1º de janeiro de 2013	532.518	77.723	36.382	5	646.628
Aumento de capital	-	1.703	-	5	1.708
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(3.995)	-	-	-	(3.995)
Alienação	-	-	-	(9)	(9)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(55.595)	(219)	(3.326)	-	(59.140)
Resultado de equivalência patrimonial	34.575	23.105	7.633	(1)	65.312
Saldo em 31 de dezembro de 2013	507.503	102.312	40.689	-	650.504

(a) Integralização de capital na BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., em junho de 2013, no montante total de R\$1.703, representada por 890.305 cotas de emissão da Paineira Empreendimentos e Participações Ltda., 812.516 da Danúbio Empreendimentos e Participações Ltda. As respectivas cotas foram adquiridas mediante a conferência de bens imóveis de sua propriedade, a valor de custo.

(b) Participação acionária vendida para BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. em junho de 2013.

(c) Equivalência patrimonial com base no balanço de 30 de novembro de 2014. Em 24 de maio de 2013, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, em conformidade com as Resoluções nºs 3/2011 e 3/2013, do Conselho Nacional de Desestatização, assinou Acordo de Acionistas juntamente com a União Federal, o BB Seguros Participações S.A., o Itaú Seguros S.A., o Itaú Vida e Previdência S.A. e o Fundo de Investimento em Participações Caixa Barcelona, visando a participar do bloco de controle do IRB – Brasil Resseguros S.A. O IRB passou por processo de reestruturação societária, o qual compreendeu as seguintes etapas: (i) a conversão da totalidade de suas ações preferenciais em ordinárias (na proporção de 1 por 1) e a emissão de uma ação de classe especial a ser concedida à União Federal, conforme já aprovado em assembleia geral do IRB; (ii) a celebração do referido Acordo de Acionistas; e (iii) o aumento de capital social do IRB, mediante emissão de novas ações ordinárias, com renúncia total da União Federal ao exercício de seu direito de preferência de subscrição do aumento do capital.

Em 07 de junho, em Assembleia Geral extraordinária do IRB, aprovou-se o aumento de capital no montante de R\$ 103.080, realizado mediante a emissão de 40.000 ações ordinárias.

A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica – CADE e pelo Tribunal de Contas da União – TCU, e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

(d) Redução de capital em 23 de julho de 2014 no montante de R\$ 64.082, representada por 57.921.848 ações de emissão da BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., como devolução ao sócio cotista Bradesco Seguros. Operação resultante do processo de reestruturação efetuada no exercício de 2014 no Grupo Bradesco Seguros.

(e) Redução de capital em 23 de julho de 2014 no montante de R\$ 45.115, representada por 10.884 ações de emissão da EABS Serviços de Assistência e Participações S.A., como devolução ao sócio cotista Bradesco Seguros. Operação resultante do processo de reestruturação efetuada no exercício de 2014 no Grupo Bradesco Seguros.

12 Imobilizado

	Saldo em 2013	Aquisição	Baixa	Depreciação	Saldo em 2014
Terrenos e imóveis	-	2.850	-	(114)	2.736
Bens móveis	11.284	1.460	(114)	(2.250)	10.380
Outras imobilizações	18.054	1.886	-	(6.802)	13.138
Total	29.338	6.196	(114)	(9.166)	26.254

	Saldo em 2012	Aquisição	Baixa	Depreciação	Saldo em 2013
Terrenos e imóveis	1.711	-	(1.703)	(8)	-
Bens móveis	12.155	1.394	-	(2.265)	11.284
Outras imobilizações	21.776	3.168	-	(6.890)	18.054
Total	35.642	4.562	(1.703)	(9.163)	29.338

13 Intangível

	Saldo em 2013	Aquisição	Baixa	Amortização	Saldo em 2014
Sistema de computação	125.651	71.159	-	(39.684)	157.126
Outros intangíveis	23.136	-	-	(1.920)	21.216
Total	148.787	71.159	-	(41.604)	178.342

	Saldo em 2012	Aquisição	Baixa	Amortização	Saldo em 2013
Sistema de computação	89.866	63.752	(341)	(27.626)	125.651
Marcas e patentes	9	-	(9)	-	-



d. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro										
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Montante estimado para os sinistros											
No ano do aviso.....	1.973.333	1.665.802	1.686.277	1.075.658	2.051.071	2.406.654	2.630.295	3.128.018	3.017.311	3.706.304	-
Um ano após o aviso.....	1.910.261	1.596.438	1.625.876	1.031.729	2.029.535	2.385.506	2.607.545	3.028.046	2.846.094	-	-
Dois anos após o aviso.....	1.874.635	1.570.004	1.584.845	1.011.255	2.010.103	2.376.709	2.589.475	3.015.358	-	-	-
Três anos após o aviso.....	1.866.735	1.574.554	1.581.404	1.000.755	2.007.070	2.392.447	2.597.310	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso.....	1.872.700	1.568.711	1.585.868	1.002.537	2.036.234	2.405.432	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso.....	1.878.593	1.576.505	1.588.498	997.192	2.037.122	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso.....	1.874.098	1.583.284	1.596.764	1.008.188	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso.....	1.885.090	1.594.514	1.589.632	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso.....	1.889.591	1.597.299	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso.....	1.919.974	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base.....	1.919.974	1.597.299	1.589.632	1.008.188	2.037.122	2.405.432	2.597.310	3.015.358	2.846.094	3.706.304	22.722.713
Pagamentos de sinistros efetuados.....	(1.852.119)	(1.568.980)	(1.567.772)	(972.643)	(1.980.500)	(2.312.742)	(2.496.807)	(2.720.080)	(2.573.872)	(2.624.223)	(20.669.738)
Provisão de sinistros a liquidar.....	67.855	28.319	21.860	35.545	56.622	92.690	100.503	295.278	272.222	1.082.081	2.052.975

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 95.564 e estimativa de salvados e ressarcidos R\$ (116.099).

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro										
	Até 2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Montante estimado para os sinistros											
No ano do aviso.....	1.676.231	1.433.958	1.411.018	851.308	1.785.979	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	-
Um ano após o aviso.....	1.633.238	1.388.380	1.374.822	838.116	1.767.571	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	-	-
Dois anos após o aviso.....	1.594.387	1.385.892	1.371.502	826.988	1.760.401	2.222.960	2.398.452	2.690.122	-	-	-
Três anos após o aviso.....	1.596.625	1.390.160	1.368.952	836.236	1.763.735	2.240.824	2.411.974	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso.....	1.610.378	1.390.591	1.376.028	840.689	1.784.644	2.255.457	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso.....	1.626.517	1.401.369	1.381.510	847.027	1.791.026	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso.....	1.638.078	1.409.275	1.390.791	859.192	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso.....	1.650.262	1.420.712	1.394.311	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso.....	1.664.847	1.425.537	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso.....	1.684.714	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base.....	1.684.714	1.425.537	1.394.311	859.192	1.791.026	2.255.457	2.411.974	2.690.122	2.645.925	3.520.970	20.679.228
Pagamentos de sinistros efetuados.....	(1.651.763)	(1.404.261)	(1.378.839)	(833.804)	(1.752.316)	(2.197.255)	(2.336.197)	(2.589.902)	(2.473.710)	(2.571.201)	(19.189.248)
Provisão de sinistros a liquidar.....	32.951	21.276	15.472	25.388	38.710	58.202	75.777	100.220	172.215	949.769	1.489.980

e. Aging de sinistros judiciais

	2014			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total (*)
Sinistro Bruto de Resseguro.....	179.412	210.113	297.460	686.985
Sinistro Líquido de Resseguro.....	165.224	190.172	238.757	594.153
2013				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total (*)
Sinistro Bruto de Resseguro.....	180.506	224.423	299.474	704.403
Sinistro Líquido de Resseguro.....	151.881	216.874	235.352	604.107

(*) Valores líquidos das operações do convênio DPVAT que corresponde a R\$ 53.355 (R\$ 62.515 em 2013).

f. Desenvolvimento da provisão sinistro judicial

	PSL	Resseguros
Saldo do início do exercício.....	704.403	100.296
Total pago no exercício.....	(391.757)	(31.051)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para ações pagas no exercício.....	(181.680)	(24.635)
Quantidade de ações pagas no exercício.....	7.012	147
Quantidade de ações referentes a novas constituições no exercício.....	5.490	9
Novas constituições no exercício.....	165.449	10
Novas constituições referentes a citação do exercício.....	165.423	7
Novas constituições referentes a citação de exercícios anteriores.....	26	3
Baixa da provisão por êxito.....	(85.590)	(37.001)
Alteração de estimativas e probabilidades.....	279.790	58.053
Alteração da provisão por atualização monetária e juros judiciais.....	14.690	2.525
Saldo final exercício (*).....	686.985	92.832

(*) Valores líquidos das operações do convênio DPVAT que corresponde a R\$ 53.355 (R\$ 62.515 em 2013).

19 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

- INSS – Vínculo de emprego
Valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 7.198 (R\$ 7.011 em 2013) onde se discute a contribuição previdenciária sobre a existência de suposto vínculo de emprego de prestadores de serviços.
- INSS – Contribuição previdenciária
Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – Valor provisionado e depositado judicialmente, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 75.958 (R\$ 65.691 em 2013). Discute-se a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.
- PIS – Irretroatividade/Anterioridade – EC 10/96
Pleiteia, para os períodos de janeiro a junho de 1996, calcular e recolher o PIS nos termos da LC 07/70 (PIS Repique) e não nos termos da EC 10/96 (PIS sobre a Receita Bruta Operacional), as quais, para referidos períodos, desrespeitaram os princípios constitucionais da irretroatividade e da anterioridade no valor de R\$ 3.521 em dezembro de 2014.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Passivos contingentes

Refere-se a Auto de Infração no valor atual de R\$ 28.371 mil, decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região. A perspectiva de perda é classificada como "possível" e o valor não está provisionado.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º janeiro de 2014.....	80.610	8.373	23.067	112.050
Constituições.....	6.057	1.416	7.622	15.095
Reversões.....	(337)	(3.834)	(12.733)	(16.904)
Atualização monetária.....	4.748	-	-	4.748
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	91.078	5.955	17.956	114.989
Saldo em 1º janeiro de 2013.....	101.895	4.173	24.020	130.088
Constituições.....	3.931	4.507	7.462	15.900
Reversões.....	-	(307)	(8.415)	(8.722)
Reversões de processos objeto de anistia fiscal.....	(30.752)	-	-	(30.752)
Atualização monetária.....	5.536	-	-	5.536
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	80.610	8.373	23.067	112.050

20 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 189.554 (180.753 em 2013) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício.....	184.140	166.777
Constituição da reserva legal.....	(9.207)	(8.338)
Realização de reavaliação.....	-	636
Base de cálculo dos dividendos.....	174.933	159.075
Dividendos propostos no exercício.....	43.733	39.769
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício.....	25,00%	25,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$60.000, em espécie, com a emissão de 5.711 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato foi aprovado pela SUSEP conforme Portaria SUSEP nº 5.980 de 06 de agosto de 2014.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2014, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$39.800, sendo R\$39.769, em integralização de créditos existentes na Companhia provenientes de dividendos propostos em 2013, com a emissão de 3.627 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal e, R\$31 mil com a incorporação de Reservas de Lucros – Reserva Legal, sem a emissão de ações. Este ato foi aprovado pela SUSEP conforme Portaria SUSEP nº 39 de 15 de agosto de 2014.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de julho de 2014, foi deliberado a redução de capital, no montante de R\$109.197, em favor de sua controlada, com a entrega dos investimentos de sua propriedade nas Empresas BSP Empreendimentos Imobiliários S.A., EABS Serviços de Assistência e Participações S.A. e Monteiro Aranha S.A. mediante o cancelamento de 9.588 ações ordinárias nominativas-escriturais. Este ato foi aprovado pela SUSEP conforme Portaria SUSEP nº 74 de 03 de outubro de 2014.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2014, foi deliberado o aumento de capital, no montante de R\$105.000, em espécie, com a emissão de 9.051 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

21 Demonstração do cálculo do patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 302/2013, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao CMR. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital base e o capital de risco. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a risco de mercado a Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido.....	2.179.144
(-) Participações societárias.....	618.526
(-) Despesas antecipadas.....	62.258
(-) Ativos intangíveis.....	178.342
(-) Obras de arte.....	27
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	1.319.991
Capital – base (I).....	15.000
Capital de risco (II).....	1.251.759
Capital de risco de subscrição (Resolução CNSP 280/2013).....	1.167.374
Capital de risco de crédito (Resolução CNSP 283/2013).....	92.157
Capital de risco operacional (Resolução CNSP 228/2010).....	35.685
Efeito da correlação entre os riscos de crédito e subscrição.....	(43.457)
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II)).....	1.251.759
Suficiência de capital (PLA-CMR).....	68.232

O índice de liquidez em relação ao CMR em 31 de dezembro de 2014 é de 49% e o requerido pela Resolução CNSP 302/2013 é de 20%, equivalente a R\$ 610.940 (nota explicativa 4c) e R\$ 250.352, respectivamente.

22 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2014 totalizou a R\$ 11.460 (R\$ 8.525 em 2013), que estão integralmente cobertos por Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (FIEs) na empresa ligada Bradesco Vida e Previdência S.A. Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

23 Transações e saldos com partes relacionadas

	2014	2013	2014	2013
Ativo.....	1.352.651	443.097	3.608	1.569
Disponibilidades.....	65	38	3.582	1.543
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	65	38	3.582	1.543
Aplicações.....	1.267.844	367.686	26	26
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (e).....	1.267.844	367.686	26	26
Equivalentes de caixa.....	63.576	70.346	(452.983)	(299.178)
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	63.576	70.346	(11.525)	(12.040)
Dividendos a receber.....	-	3.545	(2.168)	(3.005)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada).....	-	219	-	(106)
EABS-Serviços de Assistência e Participações S.A. (controlada).....	-	3.326	(2.016)	(2.536)
Valores a receber.....	21.166	1.482	(334)	(309)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (g).....	3.682	1.061	(1.054	



O valor da transferência da carteira de garantia estendida totalizou:

Transferência de carteira

(-) Provisão de Prêmios não Ganhos	(61.586)
(+) Prêmios a Receber	985
(=) Valor líquido das operações de seguros	(60.601)
(+) Ativos relacionados	40.956
(-) Passivos relacionados	(655)
(=) Saldo líquido contábil de ativos e passivos relacionados transferidos da Bradesco Auto/RE para a Atlântica	40.301
(=) Valor líquido da Transferência, ativos e passivos relacionados	(20.300)
Ativos garantidores das provisões técnicas transferidos para a Atlântica	21.558
Valor líquido em favor da Bradesco Auto/RE	1.258

25 Principais ramos de atuação

Ramos	2014		2013	
	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	4.122.895	3.671.976	70,78	18,52
Compreensivo residencial	388.613	405.679	12,88	24,35
DPVAT	160.026	158.391	87,45	1,43
Marítimo/Aeronáutico	138.775	111.507	65,69	13,95
Riscos nomeados e operacionais	193.763	158.211	50,78	7,36
Riscos diversos	133.683	125.166	17,89	36,41
Transporte nacional/internacional/RC cargas	97.169	89.191	104,96	19,71
Compreensivo empresarial	85.110	79.205	114,96	38,41
Garantia estendida	42.003	37.565	37,74	57,57
Crédito doméstico	48.088	22.600	127,12	0,04
Responsabilidade civil geral	21.385	21.159	95,59	27,39
Riscos de engenharia	14.961	11.705	54,05	6,96
Demais	327.394	304.106	33,04	9,12
Total	5.773.865	5.196.467		

Ramos	2013		2012	
	Prêmio emitido líquido	Prêmios ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Automóvel/RCF	3.077.585	3.105.620	67,24	16,96
Compreensivo residencial	407.091	400.907	15,29	24,39
DPVAT	133.615	133.949	87,81	1,43
Riscos nomeados e operacionais	116.164	136.322	67,18	8,40
Riscos diversos	115.856	115.877	25,89	38,59
Marítimo/Aeronáutico	94.141	99.243	66,13	12,58
Compreensivo empresarial	79.081	80.131	87,90	31,51
Transporte nacional/internacional/RC cargas	71.804	79.293	93,83	13,21
Crédito doméstico	57.181	51.798	119,29	0,14
Garantia estendida	47.180	66.765	14,07	58,88
Responsabilidade civil geral	22.007	23.769	73,96	27,06
Riscos de engenharia	4.475	10.011	54,31	8,52
Demais	238.351	242.634	33,79	11,77
Total	4.464.531	4.546.319		

26 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos líquidos

	2014	2013
Prêmios diretos	5.454.366	4.190.509
Prêmios de cosseguros aceitos	194.576	160.898
Prêmios convênio DPVAT	160.026	133.615
Prêmios cedidos cosseguros	(35.103)	(20.491)
Total	5.773.865	4.464.531

b. Receita com emissão de apólice

	2014	2013
Emissão de bilhetes – Consórcio DPVAT	9.178	7.936
Total	9.178	7.936

c. Sinistros ocorridos

	2014	2013
Sinistros diretos	(3.464.617)	(2.927.182)
Sinistros de cosseguros aceitos e retrocessões	(72.147)	(86.949)
Sinistros de consórcios e fundos	(140.764)	(106.816)
Serviço de assistência	(375)	(328)
Recuperação de sinistros	(26.987)	(6.936)
Salvados e ressarcimentos	331.680	253.380
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	52.655	99.487
Total	(3.320.555)	(2.775.344)

d. Custos de aquisição

	2014	2013
Comissões sobre prêmios emitidos	(951.088)	(767.936)
Comissões sobre prêmios cancelados	76.361	56.751
Comissões sobre prêmios restituídos	15.696	13.033
Comissões sobre prêmios de cosseguros cedidos	1.392	1.094
Despesas com inspeção de riscos	(42.789)	(34.492)
Outras despesas de comercialização	(111.668)	(76.507)
Variação das despesas de comercialização diferidas	54.402	1.997
Total	(957.694)	(806.060)

e. Outras receitas e (despesas) operacionais

	2014	2013
Despesas de seguros	(345.731)	(280.651)
Despesas com administração de apólice	(38.566)	(30.447)
Contribuições sobre comissões	(6.425)	(4.737)
Provisão para riscos de crédito	(3.976)	1.585
Provisão de processos judiciais cíveis	5.111	953
Despesa com DPVAT	(11.490)	(9.791)
Outras despesas operacionais	(14)	(116)
Total	(401.091)	(323.204)

f. Resultado com resseguro

	2014	2013
Prêmios resseguros cedido	(318.690)	(194.035)
Recuperação de indenização de resseguro	137.308	178.388
Variação das provisões técnicas – resseguro cedido	71.461	(45.858)
Variação da provisão IBNR – resseguro	5.234	(674)
Participação nos lucros	6	4.169
Total	(104.681)	(58.010)

g. Despesas administrativas

	2014	2013
Despesas com pessoal próprio	(177.843)	(206.721)
-Honorários da administração	(4.670)	(6.291)
-Ordenados	(92.606)	(104.984)
-INSS/FGTS	(31.460)	(35.357)
-Programa de alimentação ao trabalhador	(14.592)	(22.964)
-Planos de previdência privada	(11.460)	(14.690)
-Vale transporte	(2.249)	(2.430)
-Outras	(20.806)	(20.005)
Despesas com serviços de terceiros	(420.163)	(321.985)
Despesas com localização e funcionamento	(166.497)	(139.887)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(30.410)	(16.539)
Despesas com publicações	(1.317)	(221)
Despesas com donativos e contribuições	(2.152)	(3.197)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(6.580)	(5.588)
Despesas administrativas diversas	(8.404)	(9.460)
Total	(813.366)	(703.598)

h. Despesas com tributos

	2014	2013
Despesas com PIS	(13.204)	(12.748)
Despesas com COFINS	(81.253)	(77.581)
Despesas com taxa de fiscalização	(3.255)	(3.245)
Impostos/federais/estaduais/municipais	(2.260)	(2.975)
Total	(99.972)	(96.549)

i. Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa	480.182	463.006
Receitas com títulos de renda variável	882	-
Receitas com títulos de renda variável – juros sobre capital próprio e dividendos	292	559
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais	8.724	6.344
Receitas com operações de seguros e resseguros	102.574	101.277
Outras receitas financeiras	36.311	30.726
Subtotal	628.965	601.912
Despesas financeiras		
Despesas com título de renda fixa	(19.113)	(75.993)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros	(49.512)	(73.191)
Tributação sobre operações financeiras	(30.056)	(28.436)
Atualização monetária de contingências passivas	(4.748)	(5.536)
Outras despesas financeiras	(18.666)	(11.342)
Subtotal	(122.095)	(194.498)
Total	506.870	407.414

j. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporárias	4.670	(6.251)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(22.221)	(72.708)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(17.551)	(78.959)

27 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Resultado antes de impostos e participações	210.294	264.116
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15%, respectivamente	(84.118)	(105.646)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas e coligadas	67.028	19.562
Participações no resultado	3.441	7.352
Doações e patrocínio	(3.288)	(2.082)
Contribuição entidade de classe	(596)	(550)
Outros	(2.589)	1.305
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	2.571	1.100
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(17.551)	(78.959)
Alíquota efetiva	8,35%	29,90%

28 Outras Informações

a. Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- Tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente da participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- Parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

b. Relatório do Comitê de Auditoria

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 04 de fevereiro de 2015, nos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

DIRETORIA

José Sergio Bordin (*)	Diretor-Geral	Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Saint'Clair Pereira Lima
Randal Luiz Zanetti	Diretor Gerente	Humberto Marques Siqueira da Silva	Diretor	Atuário MIBA nº 943
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor Gerente	Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor	Getúlio Antônio Guidini
Marco Antonio Gonçalves	Diretor Gerente	Saint'Clair Pereira Lima	Diretor	Contador CRC-RS034447/O-7-T-RJ
Enrique Adan Y Coello	Diretor			

(*) Eleição em fase de homologação pela SUSEP.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, da Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros (Companhia) em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Seguradora, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.



Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria atuarial obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2015



PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo – SP – Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729